



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS JUNHO/2021



SICOOB COOPCREDI
Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA.
SICOOB COOPCREDI
CNPJ: 02.254.376/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		68.469.913,66	59.259.647,03
DISPONIBILIDADES	4	833.977,74	690.570,66
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		64.177.441,35	54.922.026,10
Relações Interfinanceiras		33.215.997,45	27.317.616,54
Centralização Financeira	4	33.215.997,45	27.317.616,54
Operações de Crédito	6	30.528.872,31	27.255.460,09
Outros Ativos Financeiros	7	432.571,59	348.949,47
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.210.609,30)	(952.665,69)
(-) Operações de Crédito	6.e	(1.209.047,66)	(952.665,69)
(-) Outras	7.1	(1.561,64)	-
OUTROS ATIVOS	8	273.264,57	193.533,42
INVESTIMENTOS	9	1.368.342,49	1.281.694,44
IMOBILIZADO DE USO	10	4.079.686,56	4.035.031,59
INTANGÍVEL	11	83.621,74	83.621,74
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(1.135.811,49)	(994.165,23)
TOTAL DO ATIVO		68.469.913,66	59.259.647,03
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.469.913,66	59.259.647,03
DEPÓSITOS	12	55.142.704,60	45.603.063,02
Depósitos à Vista		14.616.747,33	11.493.284,77
Depósitos à Prazo		40.525.957,27	34.109.778,25
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13	30.656,18	1.343.484,24
Outros Passivos Financeiros	13	30.656,18	1.343.484,24
PROVISÕES	14	360.839,20	327.892,58
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	75.564,41	91.782,13
OUTROS PASSIVOS	16	782.066,30	648.531,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	12.078.082,97	11.244.893,86
CAPITAL SOCIAL		5.408.474,84	4.928.609,37
RESERVAS DE SOBRAS		6.016.284,49	4.444.406,98
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		653.323,64	1.871.877,51
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.469.913,66	59.259.647,03

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA.
SICOOB COOPCREDI
CNPJ: 02.254.376/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.923.371,95	2.317.152,18
Operações de Crédito	18	2.544.637,56	1.877.705,16
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		378.734,39	437.503,98
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	1.943,04
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19	(959.072,13)	(661.622,87)
Operações de Captação no Mercado		(511.074,29)	(528.861,92)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(447.997,84)	(132.760,95)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.964.299,82	1.655.529,31
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.237.180,68)	(947.723,92)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	20	521.219,09	439.798,64
Rendas de Tarifas	21	232.500,11	159.698,96
Dispêndios e Despesas de Pessoal	22	(1.195.913,19)	(891.339,45)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	23	(976.573,59)	(847.319,67)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(47.125,65)	(29.045,54)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	282.482,97	230.943,34
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	25	(53.770,42)	(10.460,20)
PROVISÕES	26	(31.834,92)	6.517,64
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(31.834,92)	6.517,64
RESULTADO OPERACIONAL		695.284,22	714.323,03
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-	5.387,70
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	3.560,24
Ganhos de Capital		-	1.827,46
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		695.284,22	719.710,73
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(41.960,58)	(27.614,66)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(21.725,36)	(13.807,33)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(20.235,22)	(13.807,33)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		653.323,64	692.096,07
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		653.323,64	692.096,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA
SICOOB COOPCREDI
CNPJ: 02.254.376/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		653.323,64	692.096,07
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		653.323,64	692.096,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAÍÁ LTDA.

SICOOB COOPCREDI

CNPJ: 02.254.376/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		695.284,22	719.710,73
Distribuição de Sobras e Dividendos		(49.136,39)	(71.767,98)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		447.997,84	132.760,95
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		31.834,92	(6.517,64)
Depreciações e Amortizações		141.646,26	86.873,98
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.267.626,85	861.060,04
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários		-	(2.980,28)
Operações de Crédito		(3.464.566,45)	(1.096.669,59)
Outros Ativos Financeiros		(82.522,12)	36.816,30
Outros Ativos		(79.731,15)	(18.718,98)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		3.123.462,56	2.084.623,66
Depósitos à Prazo		6.416.179,02	4.618.200,73
Outros Passivos Financeiros		(1.312.828,06)	(1.018.372,87)
Provisões		1.111,70	1.523,12
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(16.217,72)	(9.109,65)
Outros Passivos		133.535,10	(149.270,46)
Outras Destinações		-	2.965,48
Imposto de Renda		(21.725,36)	(13.807,33)
Contribuição Social		(20.235,22)	(13.807,33)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.944.089,15	5.282.452,84
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		6.557,96	17.370,27
Distribuição de Sobras da Central		42.578,43	54.397,71
Aquisição de Intangível		(40.113,06)	(24.008,22)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4.541,91)	(728.393,12)
Aquisição de Investimentos		(86.648,05)	(124.591,33)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(82.166,63)	(805.224,69)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		261.244,50	96.036,50
Devolução de Capital à Cooperados		(75.729,16)	(11.846,11)
Estorno de Capital		(4.824,21)	(75,00)
Distribuição de sobras para associados		(825,66)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		179.865,47	84.115,39
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.041.787,99	4.561.343,54
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		28.008.187,20	24.586.184,81
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	34.049.975,19	29.147.528,35
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		6.041.787,99	4.561.343,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA.
SICOOB COOPCREDI
CNPJ: 02.254.376/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas para Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		4.699.206,71	(1.450,00)	4.000.087,39	450.224,95	366.983,70	9.515.052,75
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Outras Destinações		-	-	-	-	2.965,48	2.965,48
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		94.811,50	1.225,00	-	-	-	96.036,50
Por Devolução (-)		(11.846,11)	-	-	-	-	(11.846,11)
Estorno de Capital		(75,00)	-	-	-	-	(75,00)
Reversões de Reservas		-	-	-	(450.224,95)	450.224,95	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	692.096,07	692.096,07
Saldos em 30/06/2020		4.782.097,10	(225,00)	4.000.087,39	-	1.512.270,20	10.294.229,69
Saldos em 31/12/2020		4.929.967,37	(1.358,00)	4.344.406,98	100.000,00	1.871.877,51	11.244.893,86
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	700.000,00	871.877,51	(1.571.877,51)	-
Distribuição de sobras para associados		299.174,34	-	-	-	(300.000,00)	(825,66)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		273.076,50	(11.832,00)	-	-	-	261.244,50
Por Devolução (-)		(75.729,16)	-	-	-	-	(75.729,16)
Estorno de Capital		(4.824,21)	-	-	-	-	(4.824,21)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	653.323,64	653.323,64
Saldos em 30/06/2021		5.421.664,84	(13.190,00)	5.044.406,98	971.877,51	653.323,64	12.078.082,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO
INDAÍÁ LTDA. - SICOOB COOPCREDI**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30
DE JUNHO DE 2021**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAÍÁ LTDA. - SICOOB COOPCREDI - SICOOB COOPCREDI**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/11/1997**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPCREDI**, sediado à Avenida Francisco Campos, 707 – Centro – Dores do Indaíá MG, possui **1** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ABAETÉ - MG**.

O **SICOOB COOPCREDI** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **22/07/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em

um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA. - SICOOB COOPCREDI junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

(descrever as ações realizadas, recomendações, e frentes de adotadas durante o período pandêmico)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	833.977,74	690.570,66
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	33.215.997,45	27.317.616,54
TOTAL	34.049.975,19	28.008.187,20

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOP CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram de:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	378.734,39	437.503,98

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Relações interfinanceiras - centralização financeira	33.215.997,45	0,00	27.317.616,54	0,00
TOTAL	33.215.997,45	0,00	27.317.616,54	0,00

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	11.277.097,70	13.097.730,75		9.158.640,52	13.002.972,47	22.161.612,99
Títulos Descontados	2.168.606,05	0,00	2.168.606,05	1.759.137,91	0,00	1.759.137,91
Empréstimos e Títulos Descontados	13.549.371,91	13.097.730,75	26.647.102,66	10.970.825,51	13.002.972,47	23.973.797,98
Financiamentos	1.216.570,17	2.665.199,48	3.881.769,65	1.133.678,78	2.147.983,33	3.281.662,11
Total de Operações de Crédito	14.765.942,08	15.762.930,23	30.528.872,31	12.104.504,29	15.150.955,80	27.255.460,09
(-) Provisões para Operações de Crédito	(640.325,74)	(568.721,92)	(1.209.047,66)	(485.274,71)	(467.390,98)	(952.665,69)
TOTAL	14.125.616,34	15.194.208,31	29.319.824,65	11.619.229,58	14.683.564,82	26.302.794,40

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	- Normal	3.005.403,62	0,00	3.005.403,62		2.687.116,79	
A	0,5% Normal	9.554.666,97	641.502,97	10.196.169,94	(50.980,85)	9.317.780,29	(46.588,90)
B	1% Normal	6.266.374,41	1.040.182,96	7.306.557,37	(73.065,57)	5.800.805,17	(58.008,05)
B	1% Vencidas	205.181,84	0,00	205.181,84	(2.051,82)	47.213,33	(472,13)
C	3% Normal	5.342.330,33	1.459.063,30	6.801.393,63	(204.041,81)	7.711.501,36	(231.345,04)
C	3% Vencidas	83.430,45	340.026,81	423.457,26	(12.703,72)	32.082,16	(962,46)
D	10% Normal	1.025.889,61	230.092,52	1.255.982,13	(125.598,21)	632.546,70	(63.254,67)
D	10% Vencidas	49.688,06	10.975,99	60.664,05	(6.066,41)	38.818,61	(3.881,86)
E	30% Normal	314.285,63	0,00	314.285,63	(94.285,69)	371.181,07	(111.354,32)
E	30% Vencidas	147.133,38	31.518,91	178.652,29	(53.595,69)	88.952,60	(26.685,78)
F	50% Normal	133.102,59	30.267,62	163.370,21	(81.685,11)	98.665,18	(49.332,59)
F	50% Vencidas	137.939,68	0,00	137.939,68	(68.969,84)	27.071,42	(13.535,71)
G	70% Normal	51.103,32	0,00	51.103,32	(35.772,32)	153.593,17	(107.515,22)
G	70% Vencidas	94.936,09	0,00	94.936,09	(66.455,26)	28.010,96	(19.607,67)
H	100% Normal	100.111,14	29.441,27	129.552,41	(129.552,41)	42.144,60	(42.144,60)
H	100% Vencidas	135.525,54	68.697,30	204.222,84	(204.222,84)	177.976,68	(177.976,68)
Total Normal		25.793.267,62	3.430.550,64	29.223.818,26	(794.981,97)	26.815.334,33	(709.543,39)
Total Vencidos		853.835,04	451.219,01	1.305.054,05	(414.065,58)	440.125,76	(243.122,29)
Total Geral		26.647.102,66	3.881.769,65	30.528.872,31	(1.209.047,55)	27.255.460,09	(952.665,68)
Provisões		(994.630,71)	(214.416,95)	(1.209.047,66)		(952.665,69)	
Total Líquido		25.652.471,95	3.667.352,70	29.319.824,65		26.302.794,40	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.721.486,78	7.827.885,13	13.097.730,75	26.647.102,66
Financiamentos	382.695,67	833.874,50	2.665.199,48	3.881.769,65
TOTAL	6.104.182,45	8.661.759,63	15.762.930,23	30.528.872,31

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	6.164.551,91	115.992,83	6.280.544,74	20%
Setor Privado - Indústria	1.017.318,79	0,00	1.017.318,79	3%
Setor Privado - Serviços	5.628.495,77	1.419.033,51	7.047.529,28	23%
Pessoa Física	12.686.107,74	2.444.956,98	15.131.064,72	49%
Outros	1.279.522,24	10.329,93	1.289.852,17	4%
TOTAL	26.775.996,45	3.990.313,25	30.766.309,70	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	952.665,69	941.128,36
Constituições/Reversões no período	446.436,20	120.867,86
Transferência para Prejuízo no período	(190.054,23)	(109.330,53)
Saldo Final	1.209.047,66	952.665,69

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	918.777,65	3,00%	812.717,34	3,00%
10 Maiores Devedores	5.711.493,67	19,00%	6.039.067,11	22,00%

50 Maiores Devedores	13.643.032,50	45,00%	13.398.866,59	49,00%
----------------------	---------------	--------	---------------	--------

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	2.473.339,66	2.625.954,47
Valor das operações transferidas no período	190.054,23	109.330,53
Valor das operações recuperadas no período	(141.295,70)	(252.214,10)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.545,51)	(9.731,24)
Saldo Final	2.520.552,68	2.473.339,66

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 805.609,77**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Creditos por Avais e Fianças Honrados (a)	923,27	0,00	0,00	0,00
Rendas a Receber (b)	162.838,04	0,00	93.977,02	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	13.269,13	0,00	543,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	255.541,15	254.429,45	0,00
TOTAL	177.030,44	255.541,15	348.949,47	0,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOP**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 58.497,74), Rendas da Centralização financeira (R\$ 98.317,68) e outros (R\$ 6.022,62);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 2.269,13) e outros (R\$ 11.000,00);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$ 42.971,98) e Cofins (R\$ 212.569,17).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros,

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Perdas em Repasses Interfinanceiros	-	-	-	-
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(461,64)	-	-	-
Outros Créditos	(1.100,00)	-	-	-
Total	(1.561,64)	-	-	-

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
D 10% Normal	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	-1100,00	0,00	0,00
F 50% Vencidas	0,00	923,27	0,00	923,27	-461,64	0,00	0,00
Total Normal	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	(1.100,00)	0,00	0,00
Total Vencidos	0,00	923,27	0,00	923,27	(461,64)	0,00	0,00
Total Geral	11.000,00	923,27	0,00	11.923,27	(1.561,64)	0,00	0,00
Provisões	(1.100,00)	(461,64)	0,00	(1.561,64)		0,00	
Total Líquido	9.900,00	461,63	0,00	10.361,63		0,00	

8. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	31.108,75	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	67.831,59	0,00	3.489,58	0,00
Bens não de Uso Próprio	0,00	0,00	134.945,89	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	134.945,89	0,00	0,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	34.378,34	0,00	50.097,95	0,00
TOTAL	273.264,57	0,00	193.533,42	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 4.061,75), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOP** (R\$ 56.840,00), Pendência – Avais e Fianças Honrados (5.879,84) e outros (R\$ 1.050,00);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a Prêmios de Seguros (R\$9.308,49), Contribuição Cooperativista (R\$10.242,02), Contribuição Confederativa (R\$3.916,58), Propaganda e Publicidade (R\$9.800,00) e outros (R\$1.111,25).

9. Investimentos

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	1.085.992,99	1.005.902,99
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	282.349,50	275.791,45
TOTAL	1.368.342,49	1.281.694,44

(a) O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE;

(b) Refere-se a ações do Bancoob

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos		160.000,00	160.000,00
Terrenos - Reavaliações			
Edificações	4%	2.118.448,59	2.118.448,59
Edificações - Reavaliações			
Instalações	10%	122.268,94	119.368,94
Móveis e equipamentos de Uso	10%	384.813,10	383.813,10
Sistema de Processamento de Dados	20%	573.826,50	568.071,53
Sistema de Segurança	10%	103.207,73	103.207,73
Sistema de Transporte	20%	79.400,00	44.400,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		537.721,70	537.721,70
Total de Imobilizado de Uso		4.079.686,56	4.035.031,59
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(395.208,61)	(352.839,61)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(50.012,64)	(44.675,18)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(536.184,24)	(476.833,15)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(76.716,13)	(43.377,33)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.058.121,62)	(917.725,27)
TOTAL		3.021.564,94	3.117.306,32

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	38.527,03	38.527,03
Licenças E Direitos Autorais E De Uso (a)	45.094,71	45.094,71
Total de Intangível	83.621,74	83.621,74
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(77.689,87)	(76.439,96)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(77.689,87)	(76.439,96)
TOTAL	5.931,87	7.181,78

(a) O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 2009 da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros

remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	14.616.747,33	0,00	11.493.284,77	0,00
Depósito a Prazo	40.525.957,27	0,00	34.109.778,25	0,00
TOTAL	55.142.704,60	0,00	45.603.063,02	0,00

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.695.167,61	3,00%	1.324.000,00	3,00%
10 Maiores Depositantes	8.839.243,67	16,00%	7.086.328,82	15,00%
50 Maiores Depositantes	20.877.995,57	38,00%	18.292.976,45	39,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(474.482,41)	(502.868,68)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(36.591,88)	(25.993,24)
TOTAL	(511.074,29)	(528.861,92)

13. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	131,46	0,00	1.324.000,00	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	228,84	0,00	0,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.295,88	0,00	19.484,24	0,00
TOTAL	30.656,18	0,00	1.343.484,24	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Multa de trânsito (R\$ 131,46);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - Iof (R\$17.348,37), Estaduais (R\$11.475,61), Municipais (R\$1.419,68) e outros (R\$ 52,22).

14. Provisões

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em

garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	105.189,68	108,37	73.425,31	37,82
Provisão Para Contingências (b)	0,00	255.541,15	254.429,45	0,00
TOTAL	105.189,68	255.649,52	327.854,76	37,82

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	42.971,98	42.971,98	42.787,84	42.787,84
COFINS	212.569,17	212.569,17	211.641,61	211.641,61
Total	255.541,15	255.541,15	254.429,45	254.429,45

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	18.711,49	0,00	32.892,20	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.004,23	0,00	775,19	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	47.414,87	0,00	46.696,41	0,00
Outros	8.433,82	0,00	11.418,33	0,00
TOTAL	75.564,41	0,00	91.782,13	0,00

16. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	416.774,44	-	400.918,99	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	16.221,47	-	27.262,48	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	272.055,02	-	175.388,43	-
Credores Diversos – País (b)	77.015,37	-	44.961,30	-
Total	782.066,30	-	648.531,20	-

(a) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$183.076,17), Seguro Prestamista (R\$39.032,77), Provisão de Despesas Com Cartões (R\$14.756,96) e outros (R\$35.189,12);

- (b) Os saldos em Credores Diversos – Pais referem-se a Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 73.798,79) e outros (R\$ 3.216,58).

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados	223.152,55	0,00	223.152,55	0,00
Resultado de Atos com não Associados	157.823,59	0,00	158.148,27	0,00
Cotas de Capital a Pagar	35.798,30	0,00	19.618,17	0,00
TOTAL	416.774,44	0,00	400.918,99	0,00

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	5.408.474,84	4.928.609,37
Associados	4.672	4.154

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva de Expansão: Foi criada com o objetivo de expandir a área de atendimento da Cooperativa

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11/03/2021, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 300.000,00

18. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	76.149,39	70.451,95
Rendas de Empréstimos	1.768.881,23	1.354.298,68
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	188.521,44	183.027,50
Rendas de Financiamentos	359.989,80	214.682,85
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	151.095,70	55.244,18
Total	2.544.637,56	1.877.705,16

19. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Captação no Mercado	(511.074,29)	(528.861,92)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(447.997,84)	(132.760,95)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	307.806,55	362.052,49
(-) Provisões para Operações de Crédito	(755.342,75)	(494.813,44)
(-) Provisões para Outros Créditos	(461,64)	-
Total	(959.072,13)	(661.622,87)

20. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	40.703,07	126.303,71
Rendas de Outros Serviços	480.516,02	313.494,93
Total	521.219,09	439.798,64

21. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	59,50	0,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	16.921,10	15.201,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	120.674,75	86.511,18
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	94.844,76	57.986,78
TOTAL	232.500,11	159.698,96

22. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(25.300,00)	(20.238,20)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(223.776,67)	(199.681,67)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(153.437,88)	(128.115,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(233.246,73)	(174.771,37)
Despesas de Pessoal - Proventos	(550.154,91)	(362.091,65)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(97,00)	0,00
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.900,00)	(6.441,47)
TOTAL	(1.195.913,19)	(891.339,45)

23. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(32.500,84)	(25.259,20)
Despesas de Aluguéis	(16.320,79)	(7.326,17)
Despesas de Comunicações	(40.159,01)	(36.852,39)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(13.115,20)	(2.441,30)
Despesas de Material	(16.843,74)	(24.984,46)
Despesas de Processamento de Dados	(150.811,09)	(112.414,59)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(48.804,50)	(29.606,50)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(75.158,45)	(36.582,10)
Despesas de Seguros	(41.410,32)	(19.902,43)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(169.665,83)	(215.377,53)
Despesas de Serviços de Terceiros	(29.888,27)	(18.777,28)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(27.377,62)	(81.784,17)
Despesas de Transporte	(25.603,44)	(16.461,39)
Despesas de Viagem no País	(3.275,93)	0,00
Despesas de Amortização	(41.362,97)	(23.028,44)
Despesas de Depreciação	(100.283,29)	(63.845,54)
Outras Despesas Administrativas	(91.995,50)	(88.978,06)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.881,39)	(8.241,71)
Contribuição a OCE	(2.057,50)	0,00
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(44.057,91)	(35.456,41)
TOTAL	(976.573,59)	(847.319,67)

24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	15.529,26	-
Dividendos	6.557,96	17.370,27
Rendas de Cartão e Adquirência	202.941,99	157.652,24
Sobras Recebidas da Central	42.578,43	54.397,71
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	14.875,33	1.523,12
Total	282.482,97	230.943,34

25. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Descontos Concedidos	(11.343,23)	(2.626,29)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(283,00)	(213,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(3.905,00)	(1.405,02)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(1.048,44)	(221,41)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(2.730,99)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	(1.474,21)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(34.885,63)	-
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(2.305,12)	(1.789,28)
Total	(53.770,42)	(10.460,20)

26. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(31.834,92)	6.517,64
Provisões para Garantias Prestadas	(76.237,26)	(39.416,59)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	44.402,34	45.934,23
Total	(31.834,92)	6.517,64

27. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	3.560,24
Ganhos de Capital	0,00	1.827,46
Resultado Líquido	0,00	5.387,70

28. Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no período de 30/06/2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

29. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no período de **30/06/2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	996.133,18	3,1910%	3.368,40
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	509.329,04	1,6316%	2.328,85
TOTAL	1.505.462,22	4,8226	5.697,25
Montante das Operações Passivas	384.442,90	1,5953%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.232,91	296,31	2,1065%
Conta Garantida	9.813,22	294,22	2,4026%
Empréstimos	2.156.688,91	49.983,99	9,1621%
Financiamentos	128.118,54	3.843,56	3,2107%
Direitos Creditórios Descontados	966,44	4,83	0,0439%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósito a Vista	329.965,13	2,2780%	0
Depósito a prazo	2.847.799,97	3,3796%	0,3044%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,85%	3,07
Empréstimos	1,45%	30,46
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,6055%	164,36

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,9936%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0190%
Aplicações Financeiras	1,5953%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	9.512,12
Empréstimos	1.350.177,32
Financiamentos	453.592,53

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2021	31/12/2020
1513 – Beneficiário de Outras Coobrigações	109.462,52	116.672,74

h) No exercício de 2021 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários Conselho Fiscal	(25.300,00)	(20.238,20)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(223.776,67)	(199.681,67)
Plano de Saúde	5.640,88	0,00

30. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA. - SICOOB COOPCREDI - SICOOB COOPCREDI, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de

suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPCREDI** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	33.215.997,45	28.747.088,80
Ativo - Investimentos	1.085.992,99	1.005.902,99
Total das Operações Ativas	34.301.990,44	29.752.991,79

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos

pelos cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única

de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	11.241.608,56	10.396.117,67

DORES DO INDAIÁ-MG

PEDRO JOSE FERNANDES NETO
DIRETOR FINANCEIRO

RAMON JOSÉ GONÇALVES CRUZ
DIRETOR COORDENADOR

WALTER DE FARIA
CONTADOR
CRC/MG 105.235/O

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 30/06/2021 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Dores do Indaiá Ltda. – SICOOB COOPCREDI na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB COOPCREDI completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No primeiro semestre de 2021, o SICOOB COOPCREDI obteve um resultado de R\$ 653.323,64, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 5,41%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 33.215.997,45.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 30.528.872,31	100%
--------------------	-------------------	------

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 28,12% da carteira, no montante de R\$ 8.573.011,56.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 55.142.704,60, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 36,77%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 14.616.747,33	26,51%
Depósitos a Prazo	R\$ 40.525.957,27	73,49%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 23,32% da captação, no montante de R\$ 12.825.532,11.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPCREDI era de R\$ 11.241.608,86 O quadro de associados era composto por 4.672 Cooperados, havendo um acréscimo de 22,11% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPCREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPCREDI aderiram, em 2008, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10.Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No primeiro semestre de 2021, a Ouvidoria do SICCOOB COOPCREDI não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa

11.Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Dores do Indaiá MG, 22 de julho de 2021

Conselho de Administração e Diretoria